

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FRANCA – SP**

**1 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
2 FRANCA – 24 DE FEVEREIRO DE 2022**

3 Aos vinte e quatro (24) dias do mês de fevereiro dois mil e vinte e dois (2022), às dez horas e cinquenta minutos
4 (10h50), iniciou-se a terceira (3ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, que
5 foi realizada de forma virtual pela plataforma de videoconferência da prefeitura, link de acesso:
6 <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-ykc-nly-hxr>. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante
7 titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social,
8 Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião onze (11) conselheiros(as), sendo quatro (04) da
9 Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Viviane Cristina
10 Silva Vaz, Óiter Cassiano Marques, Wagner José de Oliveira, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga
11 Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Jussara Barreto e Leandro Ferreira. **Conselheiros Suplentes na Titularidade:**
12 Patrícia Regina Dupim e Marcia Tomie Nakao. **Conselheiros(as) Suplentes:** Sulia das Neves Nascimento e Eder
13 Furtado Ribeiro. A pauta da reunião, após aprovação, **1 – Ordem do dia:** Chamada e Verificação de quorum;
14 **Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes.** **2. Aprovação da pauta.** **4. Assuntos – 3.1 – Deliberação**
15 **do colegiado sobre recursos do FMAS para utilização no Programa Minha Chance;** **3.2 – Apresentação de**
16 **relatório e parecer sobre visitas de acompanhamento, para deliberação do colegiado;** **3.2.1 - PROREAVI –**
17 **casa de passagem (Viviane e Laura); 3.2.2 - FEJI - Residências Inclusivas – (Viviane e Andreia) (ASSUNTO**
18 **RECONDUZIDO); 3.2.3 - CRAS Norte – (Viviane e Suzana) (ASSUNTO RECONDUZIDO); 3.2.4 –**
19 **PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA – SCVF – crianças e adol.– (Roberta e Ana Paula)(ASSUNTO**
20 **RECONDUZIDO); 3.2.5 – CCI AVELINA – SCFV – Idosos (Josiane Campos e Sulia)(ASSUNTO**
21 **RECONDUZIDO); 3.2.6 – INSTITUIÇÃO ESPIRITA NOSSO LAR – Acolhimento de Idosos (Ana Paula e**
22 **Marcia)(ASSUNTO RECONDUZIDO).** O presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os(as)
23 conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum e a chamada fossem realizadas.
24 Verificado e confirmado o quórum, com a presença de doze (12) conselheiros(as) titulares ou suplentes na
25 titularidade, foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes: Rute Alves Silveira, Josiane Aparecida
26 Antunes de Campos, Yheda Maria de Lanes Gaioli, Lais de Carvalho Souza, Carlos Eduardo dos Santos, Andrea
27 Fernanda de Faria e Sousa, Gisleide Branquinho Ramos, Susana Mendes de Carvalho e Silvia Helena Bertolino dos
28 Santos. Assim o presidente fez a leitura do primeiro item da pauta **3.1 – Deliberação do colegiado sobre recursos do**
29 **FMAS para utilização no Programa Minha Chance;** passando a palavra para a conselheira Ana Paula Pinto
30 Marafiga Ribeiro, explicando que esse item trata-se de recursos do Ministério da Cidadania referente a Ações
31 Preventivas da pandemia, durante o período de 4 meses, exposta na Lei nº 173, sendo gasto até dezembro de 2021.
32 Contudo houve um impacto positivo na vida dos adolescentes inseridos nesse programa, auxiliando na prevenção do
33 combate ao trabalho infantil, entretanto os recursos acabaram e a Secretaria de Ação Social estava procurando formas
34 para dar continuidade ao programa. Até mesmo a Secretária de Ação Social Sra. Gislaine Alves Liporoni Peres foi até
35 a administração para solicitar novos recursos para dar seguimento ao Programa Minha Chance. Visto que, nesse
36 período houve o encerramento dos contratos do IJEPAM e da Sociedade Legionárias do Bem voltaram recursos para a

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 Secretaria, sugerindo a reprogramação desse recurso para dar continuidade ao Programa. Sendo pensado para a
38 reformulação do programa através de recursos próprios. A ideia principal é a proteção de crianças e adolescentes com
39 foco na erradicação da exploração e trabalho infantil. O programa prevê um contrato inicial de seis (6) meses,
40 atendendo as situações de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes. Visto que, o custo do programa tem como
41 meta sessenta (60) adolescentes com valor mensal para 2022 de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por dez meses,
42 totalizando R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) até o final de 2021. Para 2023 de R\$ 18.000,00 (dezoito mil
43 reais) por doze meses totalizando R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) anual. Em 2024 com valor igual ao
44 ano de 2023. O presidente Óiter questiona sobre o programa e qual o tempo anual do mesmo. Ana Paula responde que
45 assim que for aprovado pelo colegiado começa a ser realizando esse ano no período de dez (10) meses. O conselheiro
46 Eder Furtado Ribeiro pontua que o programa é muito bom, sendo uma iniciativa de impacto no trabalho junto às
47 crianças e adolescentes em situação de exploração infantil. O presidente pergunta sobre como é o funcionamento da
48 permanência do adolescente e por quanto tempo pode ser prorrogado o contrato. Ana Paula pontua que isso fica a
49 critério do técnico do profissional que acompanha o adolescente conforme a avaliação do seu acompanhamento. O
50 presidente pontua também sobre a questão do Abrigo Provisório se houve a tipificação desse serviço, pois observa que
51 nas regiões do Santa Cruz e Vera Cruz o trabalho de crianças vendendo doces no farol perpetua-se, tendo a
52 necessidade da abordagem auxiliar na identificação desse público-alvo. Sendo exposto pela Ana Paula, que esse
53 serviço é de responsabilidade da abordagem identificar esses adolescentes, fazendo o encaminhamento deles ao
54 CREAS para ter um acompanhamento, tendo um atendimento em conjunto. O conselheiro Eder pontua que o advento
55 desse benefício em 2021 proporcionou uma aproximação grande desses usuários com o CREAS, além dos cursos que
56 são ofertados. O presidente Óiter pontua o serviço de Abordagem tem a necessidade de rever seus horários para gerar
57 melhor atendimento a essas crianças que são vistas trabalhando. A conselheira Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro
58 expõe que o programa é bem interessante e gostaria de saber como será o funcionamento dessa reprogramação, será
59 feito uma nova resolução para esses novos atendidos. Também sendo exposto pela conselheira que o serviço da
60 Abordagem tem apenas um dia noturno, tendo a necessidade de ampliação desse serviço para contemplar a
61 necessidade de todos, sendo primordial a articulação com o setor da educação, cultura e afins, com intuito de
62 demonstrar sobre a exploração e o trabalho infantil. Pois existem grupos que ainda optam pela permanência nas ruas,
63 tendo que haver um planejamento com ações estratégicas para reverter esses casos. Ana Paula expõe que as ações
64 estratégicas de trabalho infantil não é apenas de responsabilidade da assistência social, o Programa Minha Chance é
65 apenas uma ação para reverter essa situação, sendo necessário pensar estratégias com os poucos recursos que têm. O
66 presidente Óiter pontua que é um grande avanço esses programas para a secretaria de assistência, quando foi iniciado
67 o processo de abordagem social, houve a falta de recursos também sendo pensado que para realização desses serviços
68 seria das 10 horas da manhã as 22 horas da noite, cabendo uma avaliação validando qual melhor horário atualmente
69 para a execução desse serviço. O conselheiro Eder pontua que o conselho deve compreender o papel da Política de
70 Assistência Social, pois existe um sistema de garantia de direitos, em que esse Programa se enquadra, sendo um
71 trabalho de vinculação. O presidente pontua que tem conhecimento a respeito do serviço de Abordagem, porém
72 acredita que o mesmo possa ter um trabalho mais efetivo sendo pensando em um novo horário. A conselheira Sulia

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 das Neves Nascimento salienta a respeito da prevenção, sendo o trabalho do CRAS, visto que todos os usuários
74 encaminhados tiveram efetividade. A conselheira Jandira de Almeida Ramos pontua através do chat que o horário de
75 funcionamento do Serviço de Abordagem Social será organizado junto com a Unidade de Referência e a Gestão,
76 respeitando a carga horária de 12 horas de segunda a sexta e de 6 horas no sábado. Passando para deliberação do
77 colegiado a proposta de reprogramação. Sendo sugerido pela Secretaria Executiva Maria Amelia Faciroli Vergara
78 encaminhar esse documento ao conselho para que todos estejam por dentro das reorganizações do programa. Ana
79 Paula pontua que irá encaminhar, porém devido as demandas não conseguiu antes. O presidente Óiter questiona o
80 colegiado sobre a reunião extraordinária que foi pensada em outra data, pois a maioria dos conselheiros não tinha
81 disponibilidade, contudo houve um prolongamento do tempo na reunião ordinária extrapolando o tempo, consultando
82 o colegiado se a reunião terá continuidade ou se deixará para outra reunião, devido a grande demanda de assuntos que
83 tem de ser apresentados, sendo agendado uma nova reunião. O colegiado decide fazer a apresentação de alguns
84 relatórios, ficando até meio dia. Passando ao próximo item **3.2 - Apresentação de relatório e parecer sobre visitas**
85 **de acompanhamento, para deliberação do colegiado;** passando a palavra para a conselheira Viviane que sugere a
86 apresentação do relatório da Casa de Passagem primeiro, devido ao assunto tratado na Reunião Ordinária anterior.
87 Iniciando o item **3.2.1 - PROREAVI – casa de passagem (Viviane e Laura);** a visita foi realizada no dia 18 de
88 novembro de 2021, as conselheiras sendo recebidas pela profissional Ritchieli Santos Alves, com meta de atendidos
89 de quarenta (40) usuários, com público-alvo a população em situação de rua; migrante e itinerante, o espaço já foi um
90 acolhimento para crianças e adolescentes, depois para pessoa em situação de rua e atualmente a Casa de Passagem.
91 Tendo algumas problemáticas da falta de um banheiro acessível. Sendo exposto que o prefeito da cidade relata que faz
92 de tudo, mesmo assim as pessoas não saem das ruas, demonstrando o quanto esse serviço é inviabilizado, vendo que a
93 conselheira vê com muita preocupação a situação da redução de vagas. Sugerindo então encaminhar um ofício a
94 entidade, informando a instituição a respeito da acessibilidade e da placa de identificação. A conselheira Jandira de
95 Almeida Ramos, pontua que não teve entedimento que houve a redução de vagas, contudo houve uma ampliação de
96 vagas de 83%. O presidente Óiter pontua que teve como proposta de atendimento em 2014 de sessenta (60) vagas no
97 Abrigo, sendo percebido que tinha necessidade de atender a população itinerante criando assim a Casa de Passagem,
98 devido isso houve a falta de vagas, preocupação essa que o conselho deve-se pensar, como os serviços vão lidar com
99 a população itinerante. A conselheira Jandira relata que os recursos que são encaminhados são exclusivos para o
100 município, graças a isso ou se mantém os serviços como já estão sendo feitos, com as mesmas equipes, pois não há
101 recursos suficientes para a ampliação de modificar os outros serviços, dado que não tem previsão de novos recursos a
102 serem mandados para essa população. Sendo pontuado pelo presidente que tem grande preocupação em relação ao
103 acesso desses serviços, pois atualmente ele atende 4 usuários de Residência Inclusiva, questionando quando esses
104 usuários serão inseridos nos serviços, exemplificando que a Casa da Mulher Vitimizada não tinha vagas, tendo que ser
105 feito o acolhimento, como fazer isso de forma efetiva, se a problemática de vagas se agrava. A conselheira Ana Paula
106 pontua que o público da Casa de Passagem é migrante itinerante, pelo qual os municípios da região mandam essas
107 pessoas para Franca, para os usuários serem acolhidos, tendo a necessidade de estabelecer prioridades. A conselheira
108 Viviane salientou pelo chat que acredita que criar novos serviços é algo complicado, pois tem a necessidade de ter

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FRANCA – SP

109 previsão e continuidade em relação ao financiamento, tendo que manter a qualidade em relação ao número de vagas,
110 considerando o porte do município. Sendo questionado pela conselheira Jandira que a proposta seria ofertar oitenta e
111 oito (88) vagas ao invés de cento e sessenta (170) como está proposto, sendo a ideia ampliar e diversificar as vagas. O
112 conselheiro Eder salientou que esse redesenho no serviço vai em direção a priorização devido as demandas existentes.
113 O presidente Óiter pontua sobre esse assunto como um processo de reflexão para ter uma maior adesão em relação a
114 uma moradia com um acompanhamento mais próximo, pois tem observado traficantes alugando casas para pessoas
115 em situação de rua, que o mesmo não sabe de fato o que está acontecendo, tendo que ter um acompanhamento mais
116 efetivo, e se a Abordagem for contribuir para isso irá auxiliar nos serviços. A conselheira Ana Paula expõe grande
117 indignação com a colocação do presidente, pois entra em contradição e desrespeito com os funcionários que estão
118 acolhendo esses usuários devido esse relato, faltando responsabilidade do mesmo até para com sua própria equipe de
119 trabalho, como se os mesmos tivessem expondo os usuários a esse tipo de situação. Jandira pontua que é para isso que
120 está sendo proposto uma equipe específica para o acompanhamento do programa. O presidente Óiter pontua que
121 entende sobre o acolhimento das equipes para com os usuários, contudo é algo que tem observado em seu serviço,
122 pois a pessoa em situação de rua, faz uso de drogas, fazendo com que o mesmo fique exposto a situações de
123 exploração. Ana Paula questiona o presidente se o mesmo acredita na proposta dos serviços de abordagem. O mesmo
124 pontua que acredita nesses serviços, contudo é necessário ter um acolhimento maior nessa parte. A conselheira Jandira
125 expõe que primeiramente é pensado em atender o público-alvo, segundo pensar no recurso oferecido, terceiro como
126 isso pode ser feito envolvendo as parcerias, tendo esses princípios encaminhar juntos para dar efetividade aos
127 serviços. O presidente retorna ao relatório de visita questionando a conselheira Viviane sobre quais os
128 encaminhamentos necessários. Sendo pontuado pela mesma o encaminhamento do relatório e ATA para a entidade,
129 pensamento primeiro na pessoa em situação de rua, vendo como uma condição humana, pensando na política de
130 oferta desses serviços, pontuado pela conselheira Ana Paula a ampliando sobre os debates com o Estado para a
131 criação de serviços regionalizados. Para finalizar os encaminhamentos necessários a Secretária Executiva Maria
132 Amelia Facioli Vergara pontua que nas outras apresentações de entidade, foi encaminhado um ofício para a entidade
133 apresentando as recomendações necessárias e se for caso enviar o relatório, sendo observado a questão das
134 inseguranças em relação a acessibilidade, dificuldade de articulação, falta de recursos, uma placa de identificação do
135 serviço, alvará do espaço público e a relação da redução de vagas. Passando para a deliberação do colegiado que
136 aprova as recomendações, sendo encaminhado para a mesa diretora. Sendo sugerido pela conselheira Viviane uma
137 reunião extraordinária para dia 3 de março, sugerindo colocar a proposta para ver a possibilidade de reunião, sendo
138 aprovado pelo colegiado. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada ao meio dia e meio (12h30), tendo
139 sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva
140 deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.